



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

THAMYRES ALEXANDRE DA SILVA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
QUE ATUAM EM ESCOLAS ESPECIAIS**

Salvador
2009

THAMYRES ALEXANDRE DA SILVA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
QUE ATUAM EM ESCOLAS ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia sob orientação da Professora Nelma Galvão.

Salvador
2009

THAMYRES ALEXANDRE DA SILVA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
QUE ATUAM EM ESCOLAS ESPECIAIS**

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr. Roseli de Sá - UFBA

Professora Dr. Theresinha Miranda - UFBA

Professora Dr. Nelma Galvão
Orientador (a)

Salvador
2009

A
Deus, por tudo que tem feito por mim.
Meus pais, pelo amor e compreensão.
Meu irmão, pelo companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo cuidado que me tem dispensado a cada novo dia.

Aos meus pais pelo apoio, dedicação e paciência. Sempre acreditaram que eu conseguiria, mesmo quando eu pensava em desistir, intercedendo por mim em suas orações.

Ao meu irmão pela compreensão em abdicar do computador durante esse período e pelos momentos felizes.

A minha querida Avó Dulce que esteve orando por mim todo esse período e me descontraindo nos momentos em que passei ao seu lado.

A Hélder pela paciência dispensada a minha pessoa na fase de finalização da monografia.

Aos meus tios, tias e primos, sempre dando uma palavra de incentivo e apoio.

Minhas companheiras de faculdade e amigas Ana Paula e Isabele pela compreensão e apoio.

A orientadora Nelma Galvão que muito me ensinou no decorrer dessa caminhada. Pessoa muito importante para construção desse trabalho.

A professora Maria Couto sempre muito atenciosa e compreensiva.

Aos professores que entrevistei e todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com este trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como está sendo a formação do professor de educação especial e identificar quais as necessidades o professor tem na sua formação. Para investigar a presença da Educação Especial no contexto dos cursos de formação de professores, utilizou-se como recorte espacial um colégio de Educação Especial que atua na área de deficiência mental, transtornos globais e de desenvolvimento. Como fundamentação teórica, foi utilizada uma ampla fonte documental, além dos documentos oficiais que regem a Educação Brasileira. A pesquisa é qualitativa com abordagem do tipo Estudo de Caso e teve como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas aplicado em professores da escola. Os resultados apontaram falhas nos currículos dos cursos superiores de formação do professor quando se diz respeito à área de educação especial, resultando em necessidade de cursos de especialização e específicos na área para os professores que atuam com educação especial.

Palavras-chaves: **educação especial, formação do professor, escola especial.**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONCEITOS, HISTÓRICO E LEIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO ESPECIAL	20
4. ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	43

1. INTRODUÇÃO

Estima-se que no Brasil existam pelo menos 430.281 professores que atuam com Educação Especial, dentro destes números 11.230 ensinam em classes especiais, que são salas instaladas em uma escola de ensino regular caracterizada pelo agrupamento de alunos com o mesmo tipo de deficiência sob responsabilidade de um professor (MAZZOTTA, 1993). Foi contabilizado pelo Inep de 2007, 31.647 professores lecionando em escolas exclusivas que é:

“Atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades de instituições especializadas, escolas especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência.” (BRASIL, 2008)

E nas classes comuns 387.404 docentes trabalhando em sala com algum tipo de aluno considerado de Educação Especial.

Considerando o total de professores que existem no Brasil, os que atuam com Educação Especial são aproximadamente 18%. Existindo uma tendência de crescimento deste percentual devido à nova política de inclusão escolar. A política educacional atual é fruto de mudança de paradigmas em relação à Educação Especial, defendida por leis como a Lei nº 7.853/89, sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 que promovem a acessibilidade à escola das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Pode-se observar no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE de 2007, pontos como: acessibilidade, formação docente, salas uso multifuncionais, temas que perpassam a educação especial em uma perspectiva inclusiva. Para este presente estudo chama atenção em especial a discussão sobre formação de professor.

Observou-se à necessidade de analisar o sentido e o conteúdo da formação que o professor esta tendo, especificamente o professor da escola de Educação Especial. Muitas vezes no currículo dos cursos superiores existe somente uma disciplina obrigatória que aborda sobre o assunto: educação especial. Para isto delimitou-se o espaço de estudo a um colégio de Educação Especial de Salvador.

A formação do professor de Educação Especial, nem sempre permeia a ideal, que seria ter uma formação inicial na área educacional e uma continuada com conhecimentos específicos da área, buscando uma postura interdisciplinar em sala de aula (BRASIL, 2008). Muitas vezes os docentes têm formação de magistério, cursos técnicos ou ainda alguma licenciatura que por vezes não abordam a questão da Educação Especial em seus currículos obrigatórios.

Diante disto este presente estudo interroga: quais lacunas são necessárias serem preenchidas no que diz respeito à formação do educador escolar para ensinar alunos da Educação Especial? Ponderando ainda que mesmo que os discentes tenham a mesma deficiência não são iguais no que diz respeito à aprendizagem, comportamento, aspectos emocionais, psicomotores, sociais e cognitivos. Segundo Vieira (2008) ao não levar em consideração as diferenças entre as pessoas deficientes acabamos por:

“Construir uma impressão de homogeneidade, uma vez que todos colocados em uma mesma categoria recebem tratamento similar, sendo desconsiderados em sua singularidade” (OMETE, 2003, apud VIEIRA, 2008, p. 289)

Deste modo torna-se necessário conhecer quais concepções norteiam a educação especial, para se entender o momento atual em que vivemos. Sabe-se que o início da história da educação especial foi marcada pela exclusão dessas pessoas através de perseguições, eliminação. Posteriormente por meio da concepção médica houve o período da segregação em instituições que propunham o tratamento buscando a cura para os considerados deficientes, primeiramente sem intenção de educá-los, depois estas instituições se transformaram em escolas especiais que visavam oferecer educação para as pessoas com necessidades educacionais especiais, de acordo com suas especificidades. Posteriormente a segregação defendida por leis como a LDB de 1996, que procura inserir o aluno no ensino regular, mas somente quando este conseguisse acompanhar o ritmo dos outros alunos, deste modo o aluno deveria se adequar ao meio e o meio não teria obrigações de transformações para receber este estudante, e finalmente a inclusão que é o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede comum de ensino em todos os seus níveis (da educação infantil até o ensino superior, incluindo o EJA, educação indígena e quilombola). O que muda na visão de inclusão é que a escola e comunidade têm que transformar-se para oferecer a estes discentes uma estrutura que lhe possa assegurar seu

desenvolvimento ao máximo, e um dos principais pontos nessa transformação é a formação dos profissionais que atuam com educação especial e inclusiva.

Diante disto, o professor de Educação Especial tem que estar preparado para atuar com as necessidades educacionais de seus discentes, e este preparo deveria ocorrer desde sua formação inicial, por meio de disciplinas que abordem sobre as deficiências dos alunos com necessidades educacionais especiais, entretanto é possível observar através de estudos realizados (BUENO, 2002) que os cursos superiores de licenciaturas, incluindo pedagogia, abordam de forma superficial o tema Educação Especial, muitas vezes com disciplinas optativas que desconsideram as especificidades dos estudantes que necessitam, por vezes, de currículos adaptados, didáticas diferenciadas e conhecimentos prévios do professor a respeito da sua deficiência. No tocante ao não cumprimento de se ter uma formação inicial que contemple as necessidades de se formar um professor capacitado para lecionar alunos de Educação Especial, a formação continuada é uma alternativa para que o docente possa preencher as possíveis lacunas existentes em sua formação, e ainda se especializar na deficiência em que esteja atuando, se for o caso.

Para tanto, a metodologia a ser utilizada neste trabalho, será do tipo qualitativa com abordagem de estudo de caso. Com o objetivo geral de conhecer o que os professores da Educação Especial pensam sobre a sua formação este estudo terá os seguintes objetivos específicos: identificar qual formação o professor de Educação Especial está tendo, assim como dificuldades encontradas no dia-a-dia com a atuação em uma Escola Especial e as necessidades educacionais de seus docentes.

No decorrer dos 3 capítulos apresentados neste trabalho serão mostrados alguns aspectos relevantes da Educação Especial como conceito, histórico e legislação, as perspectivas educacionais do referido tema, a formação de professores, e uma análise da formação de professores do colégio que serviu como fonte de pesquisa.

2. CONCEITOS, HISTÓRICO E LEIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com relação à educação especial poderíamos apontar, basicamente, para duas concepções predominantes: a concepção médica que predominou quase exclusivamente por longo período e mais recentemente a concepção pedagógica. No entanto é válido salientar que as concepções, freqüentemente, foram utilizadas em simultaneidade e que existem ainda aquelas que são vertentes das duas principais concepções, como é o caso das concepções psicológicas, clínico terapêuticas e sociológicas. Desta forma, é relevante que sejam esclarecidas, uma vez que elas envolvem a compreensão dos objetivos e ações da Educação Especial.

O pensamento médico sobre a pessoa deficiente (com restrições físicas ou necessidades educacionais especiais) segundo Krause (2004), inicialmente teve como entendimento que suas deficiências decorriam de uma manifestação patológica, e que os tratamentos deveriam ser no sentido de procurar a cura, através de terapias químicas ou cirúrgicas, não considerando que esses indivíduos poderiam ser educados. Como afirma Beyer:

“Os primeiros médicos ou educadores que sugeriram a possibilidade de educar tais crianças enfrentaram dura oposição, à época, (...) opunha-se à hegemonia médica, que afirmava não ser possível alterar os quadros de atraso social, intelectual e lingüístico de determinadas pessoas.” (BEYER, 2005, p. 17)

Este paradigma o qual o ser humano que possuía uma deficiência era imutável em seu aprendizado e só poderia ocorrer mudança através de uma cura, é denominado de clínico-médico, que limita as causas da deficiência à pessoa e no máximo ao círculo familiar, não considerando o meio social, ou seja, é um modelo redutor. Esta concepção tem como parâmetro a sociedade em que esses sujeitos vivem, para que possam por meio de processos de compensação se aproximarem ao máximo da normalidade a que estão impostos pela sociedade que os cercam. Diante este pensamento hegemonicamente médico surge frentes que discutem os métodos e conceitos utilizados por esta concepção, já que com o passar dos anos notou-se que seria mais eficiente tentar educar ou treinar competências no individuo, atuando juntamente com o meio a qual ele pertence (ALONSO e BERMEJO, 2001).

A partir destes novos pensamentos emergentes referentes às pessoas com necessidades especiais surgiu o paradigma com concepção psicológica de cunho psicométrico, que era caracterizado por avaliações psicológicas e testes psicológicos e de inteligência.

Entre os que tiveram maior incidência em sua utilização como teste de avaliação psicológica está o de Quociente Intelectual (QI) o qual classificava os sujeitos que eram testados de acordo com a pontuação alcançada, entretanto este procedimento está sujeito a falhas, já que tinha pouca precisão científica em seus resultados (ANASTASI & URBINA apud CUNHA, 2006), além de fazer uma rotulação do indivíduo trazendo com frequência a desvalorização de seu autoconceito e impedindo-o de desenvolver uma adaptação social e até profissional satisfatória. Os rótulos permitem apenas obter conhecimento acerca dos indivíduos e tomar decisões sobre o seu tratamento de uma maneira muito geral, desconsiderando as especificidades de cada ser humano.

Neste sentido pode-se considerar que a pessoa com necessidades educacionais especiais sofre com o estereótipo que segundo Amaral (1998) é a concretização / personificação do preconceito. Cria-se um “tipo” fixo e imutável que caracterizará o objeto em questão – seja ele uma pessoa, um grupo ou um fenômeno. Esse estereótipo será o alvo das ações subseqüentes e, ao mesmo tempo, o biombo que estará interposto entre o agente da ação e a pessoa real à sua frente. Perante isto a avaliação psicológica é uma atividade profissional bastante questionada e controversa na Psicologia. A avaliação não teve um início que lhe conferisse simpatia: começou com a rotulação dos doentes e pessoas com deficiências mentais e foi muito criticada por seus métodos psicofísicos e resultados científicos por vezes com falta de exatidão. Todavia alguns autores defendem o uso da avaliação psicológica desde que sejam observados alguns cuidados:

“Crucial a importância da formação profissional para o uso adequado e preciso das técnicas projetivas. Defende também a necessidade de fundamentação teórica das técnicas, bem como os cuidados referentes à adaptação cultural das mesmas, quando usadas em países diferentes daquele em que foram criadas.” (CUNHA, 2006)

Mas a insuficiência em lidar com a totalidade das necessidades das pessoas com deficiência abriu espaço para outras concepções que já surgiam paralelamente, como é o caso da concepção sociológica, a qual define a deficiência como um ato social, que acontece de acordo com o preconceito social que norteia a sociedade em questão, com os seus preconceitos e sistemas pré-estabelecidos. Deste ponto à concepção pedagógica sobre o indivíduo com necessidades especiais ganha força, mas sofrendo influências dos paradigmas que fizeram parte da história do deficiente.

Para entender a concepção pedagógica sobre a pessoa com necessidades educacionais especiais será feita uma analogia com a história da educação especial. O início de organização escolar nas práticas históricas da Educação Especial, e, sobretudo das escolas especiais sempre se deu pelo pensamento de que os alunos com alguma deficiência deveriam vir até a escola (BEYER, 2005). Os primeiros indícios referentes à pessoa com necessidades educacionais especiais deu-se por Platão e Aristóteles que defendiam a idéia de eliminar as crianças que fossem diferentes do ideal que a sociedade da época impunha, este ideal foi protegido por leis na Grécia que promoviam o genocídio de crianças com deficiência. Este comportamento quando não realizado, era substituído pelo abandono, perseguição e quando não, a eliminação devido às suas condições atípicas, que foram mantidas durante toda a idade antiga.

Na idade média as deficiências dos indivíduos eram consideradas como algo que provinha do sobrenatural (ligado a Deus ou ao diabo), essas concepções podiam ser de caridade ou castigo e dependiam dos paradigmas predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido (PESSOTTI apud MIRANDA, 2003).

Nos séculos seguintes com o surgimento do Iluminismo houve uma busca pelo aprimoramento dos modos de tratamento para com as pessoas consideradas deficientes, surgindo assim entre os séculos XVIII e meados do século XIX instituições em que os indivíduos que apresentavam algum tipo de necessidades especiais eram segregados e protegidos a fim de que fosse solucionada a situação de necessidade, ignorância, miséria e abandono que era a realidade destas pessoas. Torna-se importante salientar que os objetivos principais dessas instituições segregativas eram mais de cunho assistencialista do que pedagógico, o qual atribuía as deficiências causas físicas, psicológicas e sociais.

Este paradigma da institucionalização predominou até o século XIX, quando se iniciam os primeiros estudos referentes ao tratamento das pessoas consideradas deficientes, destacando-se entre eles os de Seguin, de 1840 até 1870, que elaborou um método para a educação de crianças com atraso mental, que denominou método fisiológico que, de acordo com Miranda (2003), consistia em estimular o cérebro por meio de atividades físicas e sensoriais. Ele também se dedicou ao desenvolvimento de serviços, fundando em 1837, uma escola para idiotas (termo utilizado na época para denominar pessoas com algum tipo de deficiência mental), e ainda foi o primeiro presidente de uma organização de profissionais, que atualmente é conhecida como Associação Americana sobre Retardamento Mental (AAMR). E ainda, Maria Montessori, uma

importante educadora que desenvolveu um programa de treinamento para crianças deficientes mentais, baseado no uso sistemático e manipulação de objetos concretos. Esses métodos criados durante o século XIX tinham o intuito de eliminação ou cura do que era considerada deficiência, através da educação.

Com a lei da obrigatoriedade escolar nos países europeus, e tempos depois no Brasil, passa a existir a necessidade da criação de espaços escolares que pudessem atender pessoas com necessidades educativas especiais, por meio de desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte, priorizando as escolas especiais, como afirma Krause ao utilizar uma citação que Eberwein (1864) fez de Stötzer:

“A existência da escola para deficientes como uma forma de livrar a escola pública da ‘carga’ que representam esses alunos. Na hierarquia dos valores, as pessoas com deficiência estavam abaixo dos indigentes, pois não deveriam ser de responsabilidade da assistência social, mas ganhar seu próprio sustento, o que promoveu a criação de oficinas protegidas.” (Stötzer apud Eberwein apud Krause, 2004)

As escolas especiais passaram então a existir por que o sistema educacional regular era incompleto e não ofereciam suporte pedagógico necessário as pessoas com necessidades educacionais especiais.

No Brasil é possível verificar que a evolução do atendimento educacional especial irá ocorrer com características diferentes daquelas observadas nos países europeus e norte-americanos (MENDES apud MIRANDA, 2003). O primeiro indício de preocupação com Educação Especial surgiu com a criação, pelo Imperador D. Pedro II em 1854, do Instituto dos meninos cegos, no Rio de Janeiro e Pela Lei nº 839 de 1857 D. Pedro II funda o Imperial Instituto dos Surdos-mudos o qual em 1957, passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Sem preocupações maiores com as outras deficiências:

“Assim, a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas. Podemos dizer que em relação à deficiência mental houve um silêncio quase absoluto.” (MIRANDA, 2003)

Posteriormente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que garante o direito a todas as pessoas à educação, começa o aparecimento de políticas oficiais de educação

voltada à pessoa com necessidades educacionais especiais, a partir da década de 50, do século XX. Segundo Bueno (1993) até a década de 50 só se falava praticamente em educação de aluno com necessidades educacionais especiais, priorizando pessoas com pouco déficit cognitivo, mas surge em 1954 a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), e então surgem escolas especiais como alternativas para esses alunos. É também na década de 50 que o Governo Federal começa a se posicionar mais pontualmente em relação e as pessoas com necessidades educacionais especiais por meio de campanhas que tinham por objetivos promover medidas necessárias para a educação, assistência e reabilitação. As principais campanhas foram: em 1957, campanha para Educação do Surdo do Brasil, Campanha Nacional de Educação dos Cegos em 1960 (subordinado ao Ministério de Estado da Educação e Cultura) e em 1960 a campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais.

Em 1961, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante o direito da criança com deficiência à educação de preferência na escolar regular, têm-se aumentos significativos de instituições de ensino que trabalhavam com educação especial, e de escolas regulares com classes especiais que atendiam alunos com deficiência mental leve. Nesse contexto a deficiência mental englobava:

“Diversos tipos de crianças que tinham em comum o fato de apresentarem comportamentos que divergiam daqueles esperados pela sociedade e conseqüentemente pela escola. Sob o rótulo de deficientes mentais encontramos alunos indisciplinados, com aprendizagens lentas, abandonadas pela família, portadores de lesões orgânicas, com distúrbios mentais graves, enfim toda criança considerada fora dos padrões ditados pela sociedade como normais.” (MIRANDA, 2003, p. 4)

Desse modo é possível observar que não havia uma preocupação de conceituação, identificação e classificação dos deficientes mentais, sendo utilizada para definir qual o comprometimento do deficiente mental os teste psicométricos. Somente a partir da década de 70 que é criado um órgão, o CENESP junto ao MEC, com o objetivo de centralizar e coordenar as ações de política educacional Começa o movimento de integração que tinha a perspectiva de integrar os alunos que conseguissem acompanhar o ritmo das escolas regulares, surgindo o reconhecimento do potencial de aprendizagem desses estudantes. Apesar disso houve um retrocesso jurídico no sentido de desenvolvimento da integração das pessoas com necessidades

especiais nas escolas regulares com a lei nº 5.692, o qual determinava tratamento especial para as crianças com deficiências, o que reforçou a manutenção e aumento das escolas especiais.

Com o avanço da integração, houve ruptura das idéias e práticas cristalizadas acerca da ineficiência e incapacidade das pessoas com deficiência. Cabendo segundo Bueno (1993), ao ambiente educacional ser o menos restritivo possível, o que deveria proporcionar elementos para que o professor do ensino regular atuasse com todos os alunos da classe, de forma que favorecesse a promoção das relações sociais aceitáveis entre os alunos com necessidades educacionais especiais e os que não as possuem. Além disso, chamando a si a responsabilidade de garantirem também às crianças com necessidades educacionais especiais um processo educativo adaptado às suas necessidades individuais. É estabelecida também na década de 80, através da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, a integração escolar recomendando o atendimento aos indivíduos que tinham necessidades educacionais especiais, estes acolhimentos preferencialmente na rede regular de ensino.

Nos últimos anos do século XX, por meio de leis que defendiam a igualdade para todos, há um progresso no que diz respeito à inclusão, incluindo a Lei de nº 7.853, que foi aprovada em 1989, onde considera o preconceito como crime. No âmbito familiar por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Declaração Mundial de Educação para Todos, os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular todas as crianças na rede regular de ensino. Em 1992 reaparece a Secretaria de Educação Especial – SEESP, influenciada com a visão de inclusão por documentos como a Declaração de Salamanca de 1994 que oficializaram o termo inclusão no campo educacional:

“Escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.” (BRASIL, 1994, P. 5)

A inclusão segundo vista por essa declaração e outros documentos como: Declaração Mundial de Educação para Todos - UNICEF, na Tailândia (1990), Seminário da Unesco em Caracas, Venezuela (1992), Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, USA (1993) - Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidade para Pessoas com Incapacidades, pela

conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (1994), entre outras, propõe realizar mudanças físicas, estruturais e ideológicas, reafirmando o direito de todos à Educação, independentemente de suas diferenças, ressaltando que a educação de pessoas com deficiência é parte complementar do sistema educativo. No Brasil, nesse período, a Política Nacional de Educação Especial diz que os alunos que conseguirem acompanhar os alunos ditos “normais” deverão ter acesso à escolar regular.

Com a intenção de reafirmar a obrigação do país em prover a educação, é publicada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996). Essa lei traz progressos expressivos em termos de leis, precisando ainda ser aprimorada na prática. O capítulo V dessa lei trata especificamente da Educação Especial, aparecendo: a idéia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos, a precisão da extensão de oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos, a necessidade do professor estar preparado para trabalhar com as necessidades de seus alunos e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos alunos. É importante salientar que pela primeira vez é ressaltada a necessidade do professor ter um preparo em relação ao aluno de educação especial. No artigo 58, a Educação Especial é entendida como uma intervenção pedagógica que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, devem haver serviços de apoio especializado. Ainda relacionada à Educação Especial existe a Lei nº 10.098/00 (BRASIL, 2000) que reforça normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, entre outros pontos.

No campo profissional as pessoas com deficiência têm no Decreto nº 2.208/97, na Resolução CNE/CEB nº 4/99, e no Parecer CNE/CEB nº 16/99 a regulamentação da educação profissional para pessoas com necessidades educacionais especiais.

Aprovado em 2001, o Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2001) estimula que na Educação Especial o discente deverá ser atendido em três situações possíveis: participação nas classes comuns, de recursos, na sala especial ou na escola especial, mas de acordo com o PNE 62% do atendimento registrado está centrado em escolas de educação especial, refletindo “a necessidade de um compromisso maior da escola comum com o atendimento do aluno especial” (BRASIL, 2001, p. 85).

Torna-se imprescindível salientar que o PNE dá preferência ao ensino regular das pessoas com necessidades educacionais especiais, defendendo a inclusão, sendo que se isto não for

possível em função das necessidades do educando, o mesmo deve ser realizado em classes e escolas especializadas. É necessário que haja melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental para essa clientela (BRASIL, 2001). Todavia o que tem acontecido na realidade é que as metas e objetivos que foram propostos no Plano Nacional de Educação colocado em vigor desde 2001 não foram alcançados em sua totalidade, com prazos de 3, 4, 5, 10 anos para vigência de materiais especializados de acordo com a necessidade do educando, profissionais capacitados através de cursos de especialização, criação de cursos de graduação e pós-graduação nas Universidades Federais, disponibilização de órteses e próteses para todos os estudantes com deficiências, entre outros pontos que dificilmente serão colocados em prática até o final desta década.

Com o desenvolvimento do paradigma da inclusão, em 2008 por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação da pessoa com necessidades especiais tem uma nova “bússola”, onde este documento pensa em uma educação para todos através de uma mudança cultural e estrutural da escola, tendo como objetivos principais assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência física, deficiência mental, alunos com surdez, cegueira, baixa visão, surdocegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, desde a educação infantil até a educação superior, formação de professores para os atendimentos educacionais especializado e demais profissionais da educação para a inclusão (PNEE, 2008). Este documento tem uma visão contrária a de que a Educação Especial deveria ser paralela à educação regular, e vê a Educação Especial como apoio para os alunos, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses estudantes.

Todavia ainda há muito que se fazer em termos de Educação Especial, no sentido da inclusão, só escrever leis não é o suficiente, nem tão pouco dizer que os alunos com necessidades educacionais especiais devem freqüentar escolas regulares, pois as escolas regulares têm que se munir de meios para receber esses alunos, através de reformulação de currículo, formação adequada dos profissionais que atuam com essas pessoas, reestruturação física das escolas, preparo dos alunos ditos normais para receber essa nova demanda. Já que não é só “jogar” uma pessoa em uma classe e esperar para ver o que irá acontecer e chamar isso de inclusão, ou ter os números de matrículas de alunos especiais multiplicados a mais de 100% (BRASIL, 2001) e não dar subsídios para que estes permaneçam nas escolas regulares, e sejam tratados com o devido respeito que merecem.

Torna-se necessário cuidar para não generalizar as escolas especiais como lugares segregadores, já que existem sim escolas especiais que procuram incluir seus discentes no meio social por meio de programas que muitas vezes são mais inclusivos do que a própria inclusão proposta por essas leis. Alunos com deficiência e os demais, que são públicos alvo da Educação Especial, precisam ser atendidos nas suas especificidades, para que possam participar, ativamente do ensino comum.

3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Não é possível pensar isoladamente a formação do professor de Educação Especial da formação do professor. Ao contrário, é necessário considerá-la como parte integrante da formação dos profissionais da educação em geral e submetê-la, conseqüentemente, às mesmas discussões que se vêm fazendo neste âmbito, nos níveis Nacionais, Estaduais ou Regionais. Com a publicação da Lei n. 5.692/71, teve início a inclusão da educação especial no Brasil pelas Instituições de Ensino Superior. Esse documento legal definiu que a formação de professores e especialistas para o ensino dos então 1º e 2º graus de ensino fosse se elevando progressivamente (Art. 29). Em decorrência dessa lei, o Conselho Federal de Educação baixou resoluções tornando obrigatória a formação de professores de Educação Especial em nível superior, dentro dos Cursos de Pedagogia. (BUENO, 2002)

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), o primeiro documento oficial internacional referente à inclusão escolar, o professor da área de Educação Especial precisa ter programas de treinamento, tanto em serviço como durante a sua formação, que possam incluir o fornecimento de Educação Especial. Ainda sobre as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no Artigo 59, diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Entretanto não sendo necessário que o professor seja formado em pedagogia, sendo possível ser professor com formação de licenciaturas. Diante disto, os currículos dos cursos de licenciaturas deveriam ter disciplinas obrigatórias que tratam da Educação Especial, mesmo que o professor não atue em uma escola de educação especial a inclusão torna necessário que o professor esteja preparado para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais, havendo assim uma relação entre as licenciaturas e a educação especial, todavia o que tem acontecido, de acordo com Almeida é que:

“A organização curricular dos cursos de graduação é um dos grandes desafios da educação superior. Dentre os múltiplos desafios menores que enfrenta a educação superior, consideramos a inserção das disciplinas de educação especial nos cursos de licenciatura um deles; por isso, é nessa ótica que relacionamos a educação especial com a educação superior.” (ALMEIDA, 2006, p. 2)

A função social das universidades, assim como a organização de suas grades curriculares, é determinada de acordo com o contexto vigente e, conseqüentemente, influenciada pelos processos históricos que permeiam a construção da identidade e do papel de cada instituição de educação superior. As leis que imprimiram suas diretrizes na história da educação superior, direta e indiretamente influenciaram todo o processo de formação de profissionais da educação. Considerando o movimento dialético e, muitas vezes, contraditório que se observa entre o que está presente nos documentos que normatizam as universidades e a prática dessas instituições, expresso pelas grades curriculares dos cursos de formação de professores, é possível entender a compreensão desse movimento interno importante na constituição da história das universidades e dos cursos de licenciatura, que vêm negligenciando muitas vezes o que a lei determina para a educação, e mais especificamente neste caso a Educação Especial (ALMEIDA, 2006).

Para assegurar que os objetivos traçados pelos documentos oficiais que regem a Educação Especial sejam alcançados, torna-se imprescindível que o profissional que atua diretamente com este público esteja preparado, isto por meio de uma formação inicial ou até continuada. Segundo a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002), as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto o que é possível observar é que quando existe alguma disciplina referente a Educação Especial é muito superficial (BUENO, 2002), o que não permite um aprofundamento nas especificidades da pessoa com deficiência, ou ainda em ter conhecimento de uma didática própria para o trabalho docente em sala de aula e até fora.

Desse modo às universidades devem incluir em seus currículos de formação de professor (licenciaturas e pedagogia) disciplinas que atendam às necessidades desses profissionais, uma vez que a formação de profissionais na área da educação é de responsabilidade das Instituições de Educação Superior, assim como de cursos no nível do Ensino Médio (Na modalidade "normal", segundo o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996). O Plano Nacional de Educação estabeleceu princípios para essa formação e a Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, fixou onde essa formação deverá ocorrer:

“A formação inicial dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos

do art. 62 da LDB, onde as funções de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário” (Brasil, 2001).

Sendo assim para que estes professores possam atuar de forma a cumprir as expectativas referentes a uma boa atuação nas escolas que tenham alunos com necessidades educacionais especiais, eles precisam na sua formação inicial contemplar aspectos básicos para o trabalho do profissional de educação em sala de aula. Entretanto de acordo com A Revista Nova Escola (2008) o que tem acontecido na prática, constatada por meio de uma pesquisa feita pela Fundação Carlos Chagas foi que:

“Em 95% dos cursos analisados, os estágios não são integrados à prática de sala de aula, os saberes relacionados a tecnologias no ensino estão praticamente ausentes; é irrisória a participação de disciplinas referentes à gestão, Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos (EJA), situação muito próxima à constatada pela análise dos cursos de Pedagogia, também realizada pela FCC. Vale destacar que as disciplinas voltadas à Educação Inclusiva aparecem em sete dos 31 cursos analisados. Os professores que entram em sala de aula não aprendem na formação inicial a ensinar para alunos com diferentes necessidades com as quais vão se deparar depois de graduados”. (NOVA ESCOLA, 2008, p. 78)

Vale ressaltar que, a formação de professores que possam atuar com Educação Especial é uma necessidade reconhecida, por documentos como: a Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), que prevê a inclusão de conteúdos e disciplinas específicas sobre o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos e a inclusão e ou ampliação, de habilitação específica, em níveis de graduação e pós-graduação, para formar professores especializados em educação especial, garantindo a oferta em cada unidade federada; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002) que determina a inclusão de conteúdos curriculares e conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais e o trato da diversidade em todos os cursos de formação inicial de professores; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Contudo apesar do apoio dos documentos oficiais que regem a educação e seus segmentos, a formação adequada dos profissionais que atuam em sala de aula não tem sido alcançada por meio dos centros de formação de professores, que como foi constatado

anteriormente muitas vezes negligenciam em seus currículos a realidade que o docente enfrentará nas escolas, no sentido que estes docentes iram agir não somente com inclusão, mas também diretamente com alunos que estudam em escolas especiais e que demandam de cuidados específicos, já que de acordo com a Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), os alunos que requeiram de atenção individualizada e sejam comprometidos ao ponto de não poderem estar em escolas regulares, podem ser atendido em escolas especiais. Para isto, teoricamente falando para atuar com Educação Especial:

“O professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.” (BRASIL, 2008, p. 17)

Analisando o enfoque desta realidade percebe-se que é imprescindível ao professor procurar ter uma formação continuada, aumentando esta responsabilidade quando não for atendido em sua formação inicial os requisitos para realização de um bom trabalho junto aos alunos com necessidades educacionais especiais, procurando cursos de formação continuada, que atendam a demanda de seus alunos, a fim de que possa proporcionar um desenvolvimento satisfatório e que abranja todas as áreas de necessidades do discente, fazendo um trabalho em conjunto com os outros profissionais que atendam a esses alunos.

Para que o professor seja capacitado a lecionar na Educação Especial, e ainda nas classes comuns com alunos com necessidades educacionais especiais, torna-se necessário que comprove a existência de conteúdos referentes à Educação Especial em sua formação, tanto de nível médio ou superior, a fim de que possa perceber as necessidades educacionais especiais do aluno, ter uma ação pedagógica flexibilizada a fim de alcançar de forma apropriada as diferentes áreas do conhecimento, além de atuar em equipe juntamente com professores especializados em educação especial, segundo a Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

A especialização do professor que atua com Educação Especial pode ser alcançada também por meio de habilitação em Educação Especial, como oferece algumas Universidades

como: a UnB, na Faculdade de Educação desde 1988, que oferece no curso de Pedagogia, a Habilitação Magistério para a Educação Especial: Deficiência Mental, onde o currículo da habilitação é desenvolvido em 09 (nove) períodos letivos, ao final dos quais o aluno terá cursado as disciplinas comuns obrigatórias a todas as habilitações do Curso de Pedagogia e as específicas desta habilitação que entre os assuntos abordados estão: caracterização do aluno portador de deficiência mental; identificação das possibilidades educacionais do portador de deficiência mental; métodos, técnicas, recursos didáticos e programações especiais ao ensino do portador de deficiência mental; orientação sócio-profissional do portador de deficiência mental; a UNIFEV, através de um Curso Seqüencial que é uma modalidade de Ensino Superior em que o aluno, após concluir o Ensino Médio, pode ampliar sua qualificação profissional sem ingressar em um curso de graduação, o curso seqüencial de Educação Inclusiva tem carga horária total de 160 horas, onde aborda as deficiências mental, auditiva e visual, tendo como objetivo capacitar o educador para atuar com crianças portadoras de necessidades especiais. Por essas razões, o curso seqüencial é, essencialmente, de curta duração e bastante especializado em determinada área; e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde os alunos egressos até 2008.2 podem optar entre quatro diferentes áreas de habilitação oferecidas pelo curso, e educação especial é uma delas. O estudante que escolhe essa área aprende a trabalhar com pessoas com necessidades especiais.

Esses exemplos fazem parte dos menos de 40% das Instituições de Ensino Superior que oferecem formação em Educação Especial, seja por meio de cursos seqüenciais, graduação, especialização e pós-graduação, segundo pesquisado por Bueno (2002) que desenvolveu uma pesquisa, em parceria com o Ministério da Educação e com a Secretaria de Educação Especial/MEC, denominada "A educação especial nas universidades brasileiras". Nesta publicação, são apresentadas tabelas com dados nacionais dos cursos de licenciatura, entre estes, o de pedagogia, que oferecem ou não disciplinas de educação especial em suas grades curriculares. No ano de 1998, em instituições de ensino superior do Brasil, de 58 cursos de licenciatura para o ensino básico 30 (51,7%) ofereciam disciplina de educação especial; nas licenciaturas de 5ª à 8ª série, apenas 11 (19,0%) ofereciam a disciplina (Bueno, 2002, p. 32, 37). Uma vez que esses indicadores, resultantes da última pesquisa feita com enfoque direcionado exclusivamente para Educação Especial nas Universidades Brasileiras, representam uma amostra da situação das universidades do Brasil, fica evidente o baixíssimo número de disciplinas de

educação especial nos cursos de licenciatura, ou seja, nos cursos que formam professores que trabalham com esse segmento.

A expectativa quanto à necessidade de preparação de profissionais que serão responsáveis pelos rumos da Educação Especial vem sendo ressaltada por meio de políticas públicas que visam alcançar os professores que já estão atuando na área de Educação Especial e aqueles que trabalham em escolas regulares e receberam alunos de inclusão.

Para tal, a Secretaria de Educação Especial vem desenvolvendo programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. O governo implantou o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, que tem por público alvo professores da rede pública de ensino que atuam no atendimento educacional especializado e na sala de aula comum e objetivo, formar professores dos sistemas Estaduais e Municipais de ensino, por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de educação superior que ofertem cursos de formação continuada de professores na modalidade à distância, para que isto ocorra por edital, o Ministério da Educação está convidando as Universidades públicas, Federais e Estaduais, a participar da formação continuada de professores em Educação Especial. A abertura de novos cursos atende pedidos feitos pelas prefeituras nos planos de ações articuladas (PAR). Os motivos levantados de acordo com o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial para a criação de uma formação continuada apoiada pelo Ministério da Educação são:

- O crescente ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino e o aumento do número de escolas com alunos incluídos nas classes comuns do ensino regular, os professores manifestam a necessidade de formação acerca das necessidades educacionais especiais;
- A organização tradicional da educação especial de forma paralela ao ensino regular, que evidencia a necessidade de aprofundar os conceitos e conhecimentos visando transformar as práticas pedagógicas para a educação inclusiva, efetivando as mudanças necessárias na escola;
- A carência de formação de professores na área da educação especial que constitui uma barreira para o acesso, a permanência, aprendizagem e participação na escola. (BRASIL, 2007, p. 3)

O Governo Federal, ainda através do Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, propõe formar gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Estes programas idealizados pelo Ministério da Educação têm o apoio do PNE (Plano Nacional de Ensino), no sentido de ter como meta o desenvolvimento de ações que forneçam formação para os professores que lecionam para estudantes com necessidades educacionais especiais, como é possível observar em um dos 27 objetivos levantados pelo PNE:

2. Generalizar, em cinco anos, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercício na educação infantil e no ensino fundamental, utilizando inclusive a TV Escola e outros programas de educação à distância. (BRASIL, 2001, p. 88)

Torna-se importante salientar que apesar do avanço das políticas públicas em relação à formação do professor, neste caso especificamente ao de Educação Especial, é necessário que hajam trabalhos mais amplos que envolvam também os professores que não fazem parte da rede pública de ensino e além de o tempo estimado no PNE está defasado. É possível ainda perceber que em grande parte das escolas não foi introduzido na prática estes programas, muitas vezes limitados a escolas consideradas modelo da rede pública de ensino.

Para os professores que lecionam em escolas de Educação Especial da rede privada de ensino, que não são incluídos nos programas do Governo Federal, Estadual ou Municipal, muitas vezes nas próprias instituições de ensino são oferecidos cursos, palestras, simpósios, seminários, com os temas referentes às necessidades das deficiências dos seus alunos, a fim de que se possa ter um preparo apropriado para trabalhar no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais.

O que pode ser observado através de dados do PNE (BRASIL, 2001) é que 3,2% dos professores (melhor dito, das funções docentes), em 1998, possuíam o ensino fundamental, completo ou incompleto como formação máxima. Dos outros 96,7%, estavam divididos entre 51% que possuíam ensino médio e 45,7% ensino superior. Os sistemas de ensino costumam oferecer cursos de preparação para os professores que atuam em escolas especiais, por isso 73% deles fizeram curso específico. Mas, considerando a diretriz da inclusão, ou seja, de que, sempre que possível, as crianças, jovens e adultos especiais sejam atendidos em escolas regulares, a necessidade de preparação do corpo docente, e do corpo técnico e administrativo das escolas aumenta enormemente. Em 2006, dos 54.625 professores que atuam na educação especial, 0,62% registraram somente ensino fundamental, 24% registraram ensino médio e 75,2% ensino superior.

Nesse mesmo ano, 77,8% destes professores, declararam ter curso específico nessa área de conhecimento segundo a Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

O que se propõe no âmbito de uma perspectiva crítica é a formação de dinamizadores de ambientes educativos, capazes de compreender a complexidade dos processos e movimentos sociais e baseados na reflexão crítica, proporcionar o desenvolvimento de forma completa aos seus alunos. Se professor de educação inclusiva, que seja mediador para que aconteça uma real inclusão da pessoa com deficiência, por meio de didática e currículos adequados. Se professor de escola especial que também tenha o cuidado de não excluir o ser humano da sociedade que o cerca, por meio de propostas pedagógicas direcionadas às necessidades dos alunos. Esta proposta nos direciona a uma reflexão relativa à preparação do professor e ao currículo das universidades que deve ser reorganizado e articulado entre as diversas disciplinas, no sentido de solidificar a formação desses profissionais de modo que facilite uma visão integrada entre os meios que estes alunos freqüentam.

Percorrer o ciclo composto pela reflexão-ação pode possibilitar aos professores a percepção que, enquanto profissionais da área educacional, todos estão em constante transformação e ao mesmo tempo possibilitando a transformação de outros.

4. ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para se obter as respostas referentes às questões levantadas sobre a formação do professor de Educação Especial delimitou-se em campo de pesquisa uma Escola de Educação Especial de Salvador, onde se utilizou uma pesquisa empírica, através de observação de campo, com abordagem direta e indireta para com os professores dessa Instituição de Ensino. Para recolhimento de dados em relação a formação dos docentes foi empregado um questionário com questões referentes e relevantes sobre a formação acadêmica desses profissionais e dificuldades relacionadas ao ensino em Educação Especial.

No contexto das questões referentes à formação do professor de Educação Especial que presenciamos é imprescindível o enfoque da Educação Especial nos centros de formação de professores, com metodologias e didáticas específicas a cada especificidade do aluno com necessidades especiais. Portanto ressalta-se assim a necessidade de inserção destes assuntos no currículo dos cursos de formação de professores, posicionamento adquirido mediante estudo feito em uma Instituição de Educação Especial de Salvador.

Lugar da Pesquisa

É um centro pedagógico particular integralmente desenvolvido para crianças e jovens com necessidades especiais, foi fundada no mês de janeiro de 1995, para realizar o desejo de uma educadora que pensava em construir uma escola diferente para que pudesse atender as pessoas com deficiência. Para que isso fosse realizado, foram necessários vários estudos e planejamentos para alcançar os objetivos propostos, entre eles os objetivos mais importantes, que continuam até hoje, levar o educando a agir socialmente, ter consciência de que é capaz de desenvolver seus potenciais, desenvolver suas habilidades para ingressar no mercado de trabalho amar e respeitar o seu próximo como a si mesmo.

Um passo muito importante para a realização desse projeto foi a maneira de pensar de ser uma escola diferente, inovadora. A princípio foi pensado num espaço onde o educando pudesse desenvolver habilidades para um bom convívio social, logo após se descobriu que o potencial deles era tão grande que foi resolvido investir mais na parte pedagógica, investindo tanto no ambiente pedagógico (metodologias), como no espaço físico. No desejo de criar um diferencial,

os fundadores da escola foram até São Paulo onde visitaram algumas escolas que já trabalhavam com a mesma proposta na educação. Foi decidido então que o mercado de trabalho seria utilizado como incentivo para despertar um interesse maior na área pedagógica.

O objetivo da escola é proporcionar a individualidade do educando para que ele possa desenvolver a linguagem e o raciocínio lógico matemático, dando suporte a este discente para que o mesmo possa ingressar no mercado de trabalho colocando em prática o que lhe foi ensinado em sala de aula, utilizando assim conteúdos e estratégias no processo de resolução de problema. A escola propõe também o caminho acadêmico formal (o aluno também é incluído na escola regular), através do Supletivo da UNEB. Uma alternativa que, dependendo da vontade do aluno e dos pais, pode se traduzir em um grande sucesso e o ingresso em uma universidade. Há também parceria com colégios de educação infantil e fundamental para que os discentes que tenham condições possam está incluídos na escola regular. A escola ainda dispõe de convênios com diversas empresas como: Petrobrás, CAAB, Ministério Público, Marinha do Brasil, Coelba, CASSI, CAMED, APUB, entre outras, para que possa atender funcionários e familiares conveniados.

Descrição do espaço físico da escola

A Escola dispõe de:

- Cinco banheiros, dois internos na parte superior um masculino e um feminino e um interno na área inferior para ambos os sexos, dois externos para ambos os sexos também, sendo que um de alunos e outro dos funcionários;
- Duas áreas de lazer, uma na parte da frente e outra na parte do fundo da escola, uma sala de dança, uma secretária, um refeitório, uma sala de TV, uma sala de artes, uma sala de percussão, uma sala de informática, uma sala de coordenação, cinco salas de aula e um refeitório.

Teoria pedagógicas

A escola possui a linha pedagógica definida do construtivismo, ancorado ao mesmo tempo no sócio-interacionismo, por ser uma vertente que possibilita contextualizar os conteúdos

trabalhados com os temas atuais, sobretudo, enfatizando as múltiplas possibilidades em se trabalhar a linguagem de forma interdisciplinar. A escola também segue algumas tendências da pedagogia tradicional, como repetição e memorização de certos conteúdos. A coordenação vem ampliando o ensino dentro de uma linha construtivista, mas com muita cautela por conta da resistência dos pais dos alunos que ainda exigem muito a avaliação escrita.

Missão

A Escola tem como missão promover a inclusão escolar e social dos indivíduos e de inserir no mercado de trabalho pessoas com deficiência, podendo assim proporcionar melhoria das condições de vida desses discentes. Trabalhar com alunos com necessidades especiais ou com dificuldades de aprendizagem, evidenciando-os para uma atuação social de relevância. Nesse item existe um tripé a ser seguido: orientação aos pais para saírem do luto e irem para a luta, a escola administrando conteúdos significativos, onde são trabalhadas as competências e habilidades do educando, por isso a necessidade em se trabalhar o pedagógico de forma interdependente com os setores de psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, setor de artes, monitoria (acompanhamento do aluno frente ao mercado de trabalho), a sociedade para saber acolher de forma consciente, acreditando e visualizando a capacidade cognitiva de cada estudante.

A instituição de ensino enquanto fundamentação teórica é uma Instituição de Ensino Especializado que não pode estar fechada apenas a uma fundamentação teórica. Nos dias atuais, o ensino de uma forma geral é multifocal, ou seja, está aberta em propostas que possam viabilizar a construção do ensino de uma forma que nos leve a movimentos de AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO, que seria por exemplo, realização de uma atividade pedagógica, observação e discussão sobre seus resultados e aprimoração do mesmo quando necessário.

Equipe Pedagógica

A equipe pedagógica da escola é formada por oito professores, equipe de apoio (auxiliares e serviços gerais), coordenadoras, secretárias, diretora, psicólogos, psicopedagogas, fonoaudiólogas, terapeutas ocupacionais e estagiários áreas de: pedagogia, filosofia, letras, matemática.

Quanto ao plano de curso, é elaborado com os coordenadores juntamente com os professores. Em relação ao currículo escolar, a escola procura desenvolver um ensino que atenda as necessidades do educando levando em conta as dificuldades de cada um, além das individualidades que são muitas, temos que levar em conta de que são com transtornos globais de desenvolvimento. As coordenadoras auxiliam seus professores oferecendo materiais de suporte, reuniões com pais e sempre trabalham em conjunto para que todos tenham sucesso, as famílias, alunos, professores e equipe interdisciplinar. Não se pensa nada de forma isolada. Cada ação é realizada visando no atendimento satisfatório de cada aluno.

Com relação a sua qualificação profissional, os professores são graduados e pós-graduados sendo que alguns ainda estão em fase de formação. A proposta desse colégio é que a formação do professor seja continuada e intensa. Em cada coordenação pedagógica é discutido o desenvolvimento da aprendizagem, relacionada e indicada a melhor dinâmica de aprendizagem, por conseguinte, este educador não está limitado em trabalhar apenas o que o aluno não aprende, mas estudar o diagnóstico do aluno, constitui uma prioridade, pois através desse estudo pode-se chegar no realinhamento do planejamento significativo. O desempenho do aluno é acompanhado através de relatórios processuais, onde professor e coordenação estão semanalmente discutindo e fazendo anotações quanto aos possíveis progressos de aprendizagem ou dificuldades. Nesse âmbito surge o relatório, onde se têm observações precisas sobre o estudante, este relatório serve como suporte no acompanhamento terapêutico em que o aluno esteja realizando, ou indicações de possíveis encaminhamentos que devam ser feitos.

Na direção da temática de formação do professor de Educação Especial, existe nessa Instituição de ensino, uma proposta de formação continuada para os professores, entretanto não sendo constante, e por vezes não alcançando as necessidades dos educadores da instituição. Quando se trata da formação de professores, é necessário que tenham uma orientação didática que considere uma abordagem histórico-política da educação, na qual se insere a temática Educação Especial. Visto que para desenvolver a Educação Especial que transforme e reestruture a prática educativa, os professores em sua formação precisam ter um referencial teórico e aplicável para responder suas questões sobre o que saber, o que fazer e como fazer.

Percepções dos professores sobre sua formação

Tendo como base as respostas de 07 professores da escola utilizada no estudo de campo a um questionário com perguntas referentes à sua formação foi possível perceber que a formação do professor é algo pensado e discutido, já que todos os docentes entrevistados procuram obter uma formação continuada para poderem realizar um trabalho pedagogicamente satisfatório, pois concluem, em sua maioria, que sua formação inicial não contemplou totalmente ou de forma nenhuma as necessidades relevantes em relação a trabalhar com pessoas com necessidades educacionais especiais.

Tabela 1. Sobre a formação inicial do professor

Contemplou totalmente as necessidades referentes à Educação Especial	1	14%
Contemplou em partes as necessidades referentes à Educação Especial	2	28%
Não contemplou as necessidades referentes à Educação Especial	4	58%
Total	7	100%

Como é possível observar na tabela 1, os professores, em grande parte, não acreditam que em sua formação inicial tenham sido contemplados com uma formação que fosse suficiente em relação ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais especiais, remetendo à realidade dos cursos de licenciaturas, cujo currículo dos cursos de formação de professores não abordam devidamente as questões referentes à Educação Especial de forma a satisfazer as necessidades desses discentes, nesse sentido é importante observar qual a formação inicial do docente de educação especial, levando em consideração este recorte espacial como fonte dos números aqui apresentados.

Tabela 2. Cursos

Nível	Curso	Quantidade
Superior	Filosofia	1
Superior	Letras	2
Superior	Pedagogia	3
Médio	Magistério	1

Os professores de educação especial têm uma formação de graduação, nas áreas de licenciatura (filosofia e letras), pedagogia e magistério, atuando com educação especial mesmo antes de sua formação acadêmica, que é o caso de duas professoras que são graduandas do curso de pedagogia.

Tabela 3. Disciplina referente à educação especial no curso de formação inicial do professor

Cursaram somente disciplina(s) obrigatória(s) referente à Educação Especial	1	14%
Cursaram somente disciplina(s) optativa(s) referente à Educação Especial	2	29%
Cursaram disciplina(s) obrigatória(s) e optativa(s) referentes à Educação Especial	1	14%
Não cursaram nenhuma disciplina referente à Educação Especial	3	43%
Total	7	100%

Diante disso, podemos nos remeter a como foi feito o trabalho de preparação para atuar com os discentes, já que a maioria dos professores não cursou em sua formação inicial disciplinas

que abordassem, mesmo que de forma superficial e geral sobre a Educação Especial, salientando que os profissionais que cursaram disciplinas com temas referentes à Educação Especial são os que são ou estão em formação de pedagogia, e os das outras licenciaturas nem mesmo optativas, levando em consideração a existência de disciplinas sendo oferecida com temas de Educação Especial.

Ainda torna-se importante observar que os alunos têm as mais diversas necessidades especiais, como foi apontado pelos professores: TDAH (transtorno de déficit de atenção com hiperatividade), Dificuldade de Aprendizagem, síndrome de Down, Autismo, Dislexia, Síndrome do X-frágil, Retardo Mental, Síndrome de Prader-Willi, entre outras. Os educadores para poderem atuar com as especificidades de cada discente para os quais lecionam participaram, na própria instituição de ensino em que trabalham, de cursos e estudos direcionados que abordam sobre as síndromes e necessidades de cada aluno, assim como metodologias, didáticas e planejamentos que atendam de forma suficiente à demanda desses estudantes.

Além da preparação recebida na própria escola, por meio de capacitação na instituição de ensino, os professores também apontaram que sempre buscam literatura atual referente ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais especiais, e ainda têm um encontro semanal ou quinzenal com a coordenadora pedagógica do colégio, e quando solicitados encontros com os profissionais que atuam de forma paralela com os alunos, tais como: fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos.

Sobre a formação dos professores do colégio em questão, acrescido da formação recebida na própria escola, estes destacaram outros meios de formação continuada referente à Educação Especial, como:

Tabela 4. Formação continuada dos professores do Espaço Via Ponte

Categorias	Professores
Participou de seminário, fórum, congresso, etc., com abordagens sobre Educação Especial.	5
Fez alguma formação específica que abordava como trabalhar com pessoas com necessidades especiais.	5
Fez curso de pós-graduação referente à Educação Especial.	2

A tabela 4 representa os meios pelos quais os professores procuram obter uma formação continuada, esta por através de seminários, fóruns, congressos, formação específica, como por exemplo, disciplinas optativas na graduação, cursos de extensão, pós-graduação, entre outros. Todos os professores de alguma maneira participam ou procuram uma formação que atualize seus conhecimentos na área em que trabalham, de forma que possa compreender melhor seus alunos com necessidades educacionais especiais.

Tabela 5. Dificuldade em trabalhar com Educação Especial recorrente a formação inicial

	Sim	Não	Em partes	Total
As dificuldades que você tem em trabalhar com alunos de Educação Especial são recorrentes da formação inicial deficitária em relação à Educação Especial?	4	2	1	7

Foi levantada ainda a questão das dificuldades encontradas em lecionar em uma escola de Educação Especial, e se estas dificuldades decorriam da formação a qual o docente foi submetido, como demonstra a tabela 5, entre as principais dificuldade apontadas pelos professores do Espaço Via Ponte encontram-se: encontrar estratégias de trabalho específica para cada discente, nível de fixação de alguns assuntos, trabalhar com a turma quando não tem um auxiliar de classe, os

estudantes têm o ritmo diferente de aprendizagem, fazer e criar várias atividades diferentes para absorção de um mesmo assunto.

O presente estudo demonstra que os professores desta instituição de ensino reconhecem a relevância dos conhecimentos inerentes à temática de Educação Especial em sua formação, diante da necessidade de se ter um conhecimento a cerca de metodologias, didáticas, e das próprias deficiências de seus alunos. E como essas necessidades não foram alcançadas em sua totalidade em sua formação inicial que muitas vezes não abordam o tema de Educação Especial, foi preciso obter uma formação continuada e processual por meio de cursos, pós-graduação, pesquisas. Com o objetivo de contemplar de forma satisfatória as necessidades pedagógicas de seus alunos e também compreender melhor as especificidades individuais de cada um como ser humano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), as definições e uso de classificações nas pessoas com necessidades especiais devem ser contextualizados, não se esgotando na mera especificação ou categorização atribuída a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão. Desse modo o seu desenvolvimento deve ser considerado constante e ininterrupto, já que as pessoas se modificam continuamente. É nesse tocante que os meios envolvidos para o auxílio desse crescimento está inserido: o currículo adaptado da escola em que o aluno está matriculado, acessibilidades arquitetônicas, profissionais que atuam com esses alunos, e dentre esta última categoria citada encontra-se especificamente o professor, principal meio de ligação entre o aluno à instituição escolar, profissional que na maioria das vezes atua diretamente e constantemente com o aluno.

Para que esteja preparado a atuar com todas as necessidades de seus discentes o professor necessita ter uma formação que inclua o pensamento de que o aluno está em constante mudança e desenvolvimento, não sendo possível estagnar em conhecimentos primários adquiridos a respeito das peculiaridades desses estudantes, isso levando em consideração que o professor tenha adquirido algum embasamento em relação ao trabalho com pessoas com necessidades especiais em sua formação inicial, e quando não ocorre a inclusão desse tema em sua formação inicial, o professor que atua com Educação Especial necessita procurar outros tipos de formação para que sejam preenchidos as lacunas presentes em relação a docência na escola especial e até mesmo na escola regular, devido a inclusão.

Levando em consideração este contexto, os professores, em seus cursos de formação até os dias atuais não tem tido uma preparação que os torne capacitados para compreender e desenvolver o verdadeiro sentido nas demandas das necessidades educacionais de seus alunos com necessidades especiais, que precisam de um atendimento diferenciado a depender de suas necessidades.

Nesse sentido, através dos dados coletados referentes à formação do professor que atua com alunos com necessidades educacionais especiais em escola de Educação Especial, é possível observar que ações de transformação precisam ocorrer em relação ao currículo dos cursos de formação dos professores com a finalidade de ressaltar a relevância de assuntos mais profundos e práticos referentes a didática e conhecimento para com esses discente, e visando proporcionar

uma concepção integrada das dimensões histórica, política, filosófica e social da Educação Especial, para a ampliação do conhecimento dos futuros docentes e assim intervir em sua prática pedagógica e social. Para que possam ser preenchidas as lacunas referentes à sua formação, o professor muitas vezes tem que procurar uma formação continuada, onde, de forma mais específica poderá se entreter mais sobre as questões de seus alunos e como fazer um trabalho que garanta ao aluno desenvolver todo o seu potencial.

A formação continuada ainda é uma alternativa para os docentes que já concluíram sua formação inicial (sendo ela de magistério ou superior) e não tiveram acesso ao estudo e prática de Educação Especial nos centros de formação de professores, e por meio de palestras, seminários, livros, simpósios, pós-graduações, especializações na área em que atua este profissional, poderá conhecer melhor como agir com esse público, salientando que o conhecimento é algo inacabável, mutável e se renova a todo instante, por isso independente da formação que o professor recebeu é de extrema importância que esteja sempre renovando e recriando seu conhecimento tanto em relação à Educação Especial quanto em outras áreas da educação..

Diante do que foi exposto anteriormente é possível observar que o professor que trabalha com educação especial não tem atendido em sua formação inicial os requisitos de mais relevância (currículo, didática, conhecimentos prévios das necessidades educacionais especiais de seus alunos) para que possam fazer um bom trabalho com seus alunos, pois os centros de formação de professores muitas vezes não contemplam a Educação Especial em seus currículos de forma abrangente, tendo disciplinas com o assunto de Educação Especial como optativas, ou quando obrigatórias os assuntos estudados são gerais, sem levar em consideração as especificidades de cada docente.

A instituição de ensino em que foi feito o Estudo de Caso reconhece a necessidade de que o professor tem que ter seu conhecimento renovado, e enquanto instituição que promove a educação, propiciar aos seus funcionários um redimensionamento das suas ações relativas à formação na Educação Especial, instrumentalizando-os para a aquisição de valores e competências nesta área do conhecimento.

Espera-se que mudanças ocorram na formação de professores, e que o pensamento de uma formação inicial embasada em todas as áreas da educação e uma formação continuada que auxilia e complementa uma formação inicial seja criada e pensada para os próximos professores, pois a formação continuada deve ser um complemento da formação em alguma área e não todo o

seu embasamento teórico e prático a respeito desse assunto, isso motivado por diversos fatores tais como a grande relevância do papel da Educação Especial no contexto educacional, a necessidade de ampliação das discussões e atividades proporcionadas pelas ações que vem ocorrendo na no âmbito político em respeito a nova política de inclusão, alcançando proporções maiores de modo que ocupem todos os ambientes que compõe os centros de formação de professores. Espera-se que os novos estudos que venham surgir tenham como um de seus enfoques a conscientização de que, enquanto cidadãos e acima de tudo educadores, temos a responsabilidade de intervir na realidade social, ensinando para nossos alunos sobre seus direitos e deveres e principalmente como utilizá-los a seu favor e da sociedade.

Podemos então a partir dessa afirmação assumir nosso papel como cidadãos sendo ao mesmo tempo alunos e professores, onde em qualquer uma dessas posições devemos buscar exercer conscientemente a nossa cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Educação especial na formação de professores das universidades de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul. UNIrevista - Vol. 1 nº 2: 2006.

ALONSO, Miguel Angel Verdugo; BERMEJO, Belén G. **Atraso mental**: adaptação social e problemas de comportamento. Portugal: McCraw-Hill, 2001.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação in AQUINO, Julio Groppa (org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, Ministério da Educação. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidade para Pessoas com Incapacidades, pela conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Brasília: 1994.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2002. 136p.

_____. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARTOLANO, Maria Teresa Pentead. **Formação do educador no curso de pedagogia: a educação especial.** Disponível em: <<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/educacaoespecial2.htm>>. Acesso em: 22 de outubro de 2009.

CASTAMANN, Ana Sara. Educação Inclusiva e a formação de professores. Disponível em: <http://www.seifai.edu.br/artigos/Ana_Sara_Castamann_Educacao.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2009.

CUNHA, Tatiana Freitas da. **Facetas do fazer em avaliação psicológica.** *Aval. psicol.*, jun. 2006, vol.5, no.1, p.119-121. ISSN 1677-0471. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/>>, acesso em 15 de setembro de 2009.

NOVA ESCOLA. **DESCOMPASSO de objetivos:** professores formados em Letras, Matemática e Ciências Biológicas têm pouco contato com disciplinas voltadas para como ensinar. 217. ed. Saraiva: Nova Escola, 2008

KRAUSE, Renate F. **Hans Eberwein:** críticas ao conceito de educação especial, e integração como uma tarefa do sistema de ensino e da escola. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a6.htm>>. Acesso em 19 de agosto de 2009.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses. 4. ed. rev. e ampl. Salvador. BA.: EDUFBA, 2008.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 1993.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Historia, Deficiência e Educação Especial. Urbelândia, Minas Gerais. 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2009.

NORONHA, Ana Paula Porto. Os problemas mais graves e mais freqüentes no uso dos testes psicológicos. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722002000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de outubro de 2009.

ROSSETO, Elisabeth. **Políticas de formação de professores para a educação especial.** Paraná, 2005. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu25.pdf>>. Acesso em 19 de agosto de 2009.

SAPUCAI, Laura. Conceito de Educação Especial. Disponível em: <<http://lauraeducacao.blogspot.com/2007/07/conceito-de-educacao-especial.html>>. Acesso em: 01 de agosto de 2009.

UNIFEV. Curso de Habilitação em Educação Especial: Deficiência Mental. Disponível em: <http://www.unifev.edu.br/sequenciais/habilitacao_educacao_especial_www.unifev.edu.br.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2009.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtiem, 1990.

VERUSSA, Edna de Oliveira. Formação continuada de professores e os desafios propostos para uma nova realidade. Disponível em: <http://www.pedagobrasil.com.br/educacao_especial3.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2009.

VIEIRA, Camila Mugnai / DENARI, Fátima Elisabeth. **Concepções infantis sobre a deficiência mental**: efeitos de um programa informativo in Temas em Educação Especial: deficiências sensoriais e deficiência mental. São Paulo: Junqueira&Marin, 2008.

APÊNDICES

Questionário: Formação do professor de Educação Especial

Qual a sua formação? _____

Qual o seu curso? _____

Quanto tempo é formado? _____

Quanto tempo atua na área educacional? _____

Quanto tempo atua na área como professor de educação especial? _____

1. Sobre a sua formação

	Sim	Não
No curso que fez existia alguma disciplina referente à educação especial?		
Já participou de algum seminário, fórum, congresso, etc., com abordagens sobre educação especial?		
Fez alguma formação específica que abordava como trabalhar com portadores de necessidades especiais?		
Participou de algum curso específico referente às síndromes com que trabalha?		

2. De quantos alunos de educação especial você é professor? _____

3. Com quais deficiências você trabalha na escola? _____

4. Como foi feito o preparo para trabalhar com as especificidades de cada discente?

5. Acha que sua formação inicial contemplou suas necessidades referentes à Educação Especial?

6. Quais dificuldades você sente em trabalhar com educação especial? Alguma relacionada a sua formação? _____
